



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Trabalho profissional.

PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO: O TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

LEILA CHAGAS DE SOUZA COSTA ¹

Resumo: O trabalho do assistente social na realidade amazônica é desafiador para o profissional exercitar sua capacidade de deciframento, em uma realidade complexa decorrente do multiculturalismo presente nos usuários da assistência social, o que permite uma reflexão na construção de respostas às demandas colocadas. O Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho, articula-se à política social, aos direitos e garantias sociais, aos serviços sociais públicos e privados, enquanto campo de respostas socialmente institucionalizadas no âmbito do aparato estatal. No município de Boa Vista o trabalho dos assistentes sociais é permeado por baixos salários, precárias condições de trabalho e flexibilização das formas contratuais.

Palavras-chave: Trabalho; Assistência Social; Município de Boa Vista.

Abstract: The work of the social worker in the Amazonian reality is challenging for the professional to exercise his ability to decipher, in a complex reality resulting from the multiculturalism present in the users of social assistance, which allows a reflection on the construction of answers to the demands placed. Social Service in the socio-technical division of labor is articulated with social policy, social rights and guarantees, public and private social services, as a field of socially institutionalized responses within the state apparatus. In the municipality of Boa Vista, the work of social workers is permeated by low wages, poor working conditions and flexibility in contractual forms.

Keywords: Job; Social assistance; Municipality of Boa Vista.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil surge numa época específica da sociedade burguesa, em um momento do fortalecimento do capitalismo na fase monopolista, com base mais doutrinárias que científicas, no centro de um movimento reformista e conservador, e um discurso que pretendia de um lado, minimizar os excessos advindos do capitalismo, e do outro participar de ações voltadas para o soerguimento moral dos trabalhadores e suas famílias.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual de Roraima. E-mail: <leilachagas_rr@yahoo.com.br>.

Como profissão, o serviço social deriva das necessidades sócio-históricas que o legitimam e o vinculam a um fenômeno típico da fase capitalista dos monopólios, no momento em que a ordem dominante necessita de agentes que controlem e administrem os conflitos e interesses da classe burguesa, em sua versão periférica e dependente.

Assim, o lugar que o serviço social ocupa na divisão sócio técnica do trabalho, articula-o à política social, aos direitos e garantias sociais, aos serviços sociais públicos e privados, enquanto campo de respostas socialmente elaboradas e legalmente institucionalizadas no âmbito do aparato estatal. Isso significa que a profissão não se situa diretamente na esfera econômica, embora, possa exercer sua prática junto aos diversos segmentos sociais existentes na sociedade, inclusive os produtivos. Então a função do serviço social esta direcionada a reprodução das relações sociais.

O Serviço Social é uma profissão que se consolida no interior das lutas de classe e que tem, portanto, nesta realidade social seu objeto de intervenção profissional. Isso ocorre, porque o aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas estabeleceu na sociedade capitalista a existência de duas classes fundamentais, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, através de relação social no processo de produção. Essas classes são, antes de qualquer coisa, antagônicas: possuem interesses diferentes, portanto, contraditórios.

Desse modo, o trabalho dos assistentes sociais na sociedade capitalista, sofre os rebatimentos das diversas transformações oriundas do processo de produção e reprodução social que transforma todas as formas de trabalho em trabalho assalariado. Para tanto, parte-se do pensamento de Marx sobre a produção histórica da riqueza social como a ponta do iceberg, para compreender as transformações do mundo do trabalho que solicitaram a intervenção do Estado pela via das políticas públicas, para situar o exercício profissional dos assistentes sociais, no âmbito das regulações sociais capitalistas que demandam esse profissional.

É em um adverso cenário que os assistentes sociais vivenciam o cotidiano profissional, no município de Boa Vista estado de Roraima, como trabalhadores assalariados, submetidos às estratégias do Estado capitalista,

com baixos salários, precárias condições de trabalho e “flexibilização” das formas contratuais. Os equipamentos sociais como: CRAS, CREAS, e instituições de acolhimento institucional no município de Boa Vista Estado de Roraima é o lócus de trabalho de 100% dos profissionais pesquisados, com formas de contratação precarizadas e espaços sócio- ocupacionais estrutural e administrativamente fragilizados em decorrência da desestruturação do Estado.

Esse quadro ainda se agrava devido à falta de concursos públicos, fazendo com que grande parte dos trabalhadores da assistência social sejam submetidos as mais variadas formas de contrato de trabalho com diferença salarial entre a categoria. Para compreender a realidade amazônica onde estão inseridos os assistentes sociais torna-se necessário conhecer um pouco da historia desse estado.

2. O ESTADO DE RORAIMA E O MUNICÍPIO DE BOA VISTA NA REALIDADE AMAZÔNICA.

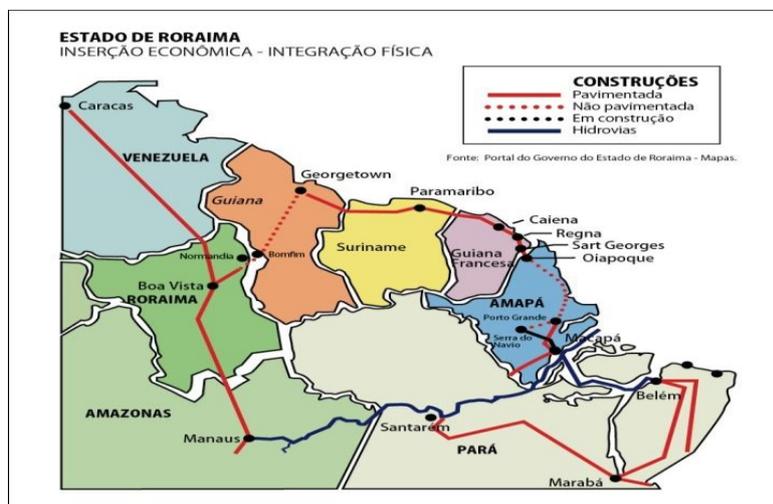
O Estado de Roraima na realidade amazônica lócus do trabalho dos assistentes sociais objeto deste trabalho, é marcado histórica e geograficamente pela presença de pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil e pela riqueza de recursos naturais, dentre eles os minerais, o que representou para Roraima, principalmente a partir dos anos de 1980, um acelerado processo de valorização da terra. Tal valorização se aprofunda à medida que Roraima torna-se uma alternativa dentro da fronteira amazônica, pois o Estado ainda possui uma baixa densidade demográfica e uma enorme riqueza de recursos naturais quase inexplorados. Apesar dessa ideia ainda prevalecer no imaginário de grande parte da população brasileira, os grupos de interesse que buscam exercer o domínio sobre o lugar não são recentes.

O estado de Roraima é o mais setentrional² do Brasil possui uma área de 230.104 km² e é um dos componentes da região Norte³. Limita-se ao norte

²Os pontos extremos do território brasileiro são: **Setentrional**: a nascente do rio Ailã, no monte Caburáí, Roraima, fronteira com a Guiana; **Meridional**: uma das curvas do arroio Chuí, Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai; **Oriental**: Ponta do Seixas, na Paraíba; e **Ocidental**: as nascentes

com a Venezuela e a Guiana; ao sul com o Estado do Amazonas; a leste, com a Guiana e com o Estado do Pará; a oeste com o Estado do Amazonas e com a Venezuela (MAGALHÃES, 2006).

Figura 1- Estado de Roraima segundo faixa de fronteira; Brasil, 2016



Fonte: "integracao_fisica.jpg": Portal do Governo do Estado de Roraima - Mapas. Disponível em: <http://www.portalroraima.rr.gov.br/index.php?id=152&itemid=1&option=com_content&task=view>. Acesso em 18/11/2016.

Em Roraima existem somente 15 (quinze) municípios, a capital é Boa Vista. A concentração populacional está nas sedes municipais localizadas ao longo da malha viária que cobre o Estado, a maior concentração populacional está nas cidades de Boa Vista, Rorainópolis e Caracaráí.

Quanto a capital, Boa Vista, situa-se na porção centro-oriental do estado, limita-se ao Norte com os municípios de Pacaraima, Normandia e Amajari, ao Sul, com os municípios de Mucajaí e Alto Alegre; ao Leste, com os municípios de Bonfim, Cantá e Normandia e a Oeste com o município de Alto Alegre. Possui uma área territorial aproximada de 5.711,9 km², o equivalente a 2,26% do total do Estado. Quanto ao fuso horário, Boa Vista está 1 hora a menos que Brasília.

do Rio Moa, na serra de Contamana ou do Divisor, Acre, fronteira com o Peru. Fonte: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/localizacao geografica.html>>. Acesso em: 30 agosto. 2016.

³A Região Norte é composta pelos estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Fonte: <<http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/regiao-norte.php>>. Acesso em: 30 de agosto. 2016.

A população do estado de Roraima é constituída por migrantes de diversas partes do país, principalmente nordestinos que nos anos 80 buscaram melhores condições de vida, mas, com pouca qualificação profissional. Essa população sobrevivia na informalidade ou nos empregos públicos sob a tutela de algum político isso porque no ano de 2004, o estado realizou um grande concurso público para todas as instituições e aqueles que não conseguiram ingressar no serviço público ficaram na condição acima citada.

As carências sociais no Estado de Roraima e no município de Boa Vista se avolumaram a partir do ano de 2014, decorrente do fluxo de imigração venezuelano fato que tem demandado mais esforços por parte dos profissionais do serviço social trabalhadores da assistência social.

3. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIDADE AMAZÔNICA: BOA VISTA/RR

Pensar o trabalho do assistente social no âmbito da política de Assistência Social requer a apreensão de que esse profissional tem no seu cotidiano profissional, um lócus onde ele objetiva suas ações. E esse é o espaço onde põe suas capacidades em movimento em função de suas finalidades profissionais, mesmo que os resultados sejam diferentes dos fins inicialmente colocados.

Creio que um dos maiores desafios da profissão é sua articulação com a realidade social, pois o serviço social atua não somente sobre a realidade, mas na realidade concreta, daí a necessidade do profissional ter um acúmulo teórico que possibilite uma efetiva análise de conjuntura centrada na questão social.

A capacidade de deciframento da realidade cotidiana permite avançar na construção de respostas às demandas colocadas, descartando as posturas fatalistas ou conservadora presentes na história da profissão.

Assim, a realidade contraditória com a qual os profissionais se deparam diariamente no exercício de seu trabalho, encontra também nas instituições sociais, suas empregadoras, modos e formas de compreender a assistência social demandada a população que também é contraditória. Isto porque a

assistência social como legítima à demanda dos usuários exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das “garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços programas e projetos sob sua responsabilidade” (YAZBEK, 2004, p.14).

Ainda persiste, no entanto, a identificação da assistência social com o assistencialismo e com a filantropia, uma vez que décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não favorece o protagonismo e nem a emancipação dos usuários da assistência. Esta é uma prática muito frequente na assistência social no Município de Boa Vista pelos grupos políticos que, na expectativa de ganhos pessoais, realizam ações clientelistas na busca de conquistar e manter o poder por meio da assistência a todo tipo de “clientela” como um mecanismo que possibilita o poder político e econômico através da troca de favores, garantidores dos votos necessários à permanência desses grupos no poder.

A prática clientelista presente na organização e gestão da Política de Assistência Social presente em muitos dos municípios brasileiros é baseada na relação de troca de “favores”, garantidora do poder político e econômico e da maior parte, ou, o melhor pedaço do “bolo”, por meio das benesses oferecidas pela máquina estatal. Tal prática é histórica na política brasileira, oriunda do período republicano quando foram estabelecidas as relações de compadrio, em uma sociedade oligárquica e patriarcal, onde os mandatários do poder, os latifundiários, eram os coronéis, e mantinham através da força o controle local. Assim o poder político, ou os destinos da população passavam a depender totalmente do prestígio daquele coronel, (ou político, como é atualmente), promovendo para aqueles que estão ao seu “lado” os benefícios da política do Estado, já para aqueles que não aceitam seu mando, recebem o rigor da força de seu braço.

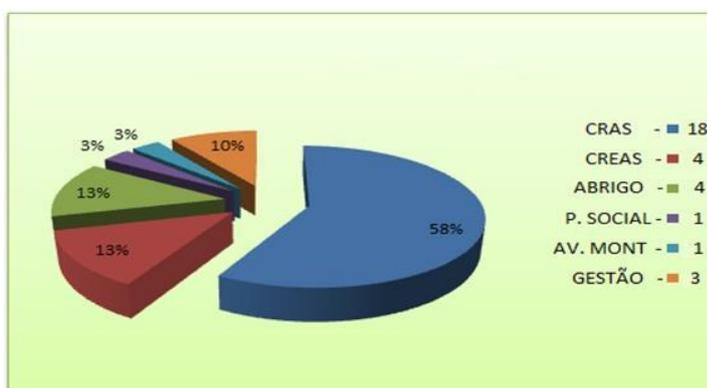
É nessa direção que a luta das forças políticas pelo poder dentro de um Estado, se torna fundamental para a existência de certos grupos, e, sua estadia fora do círculo do poder estatal, não lhe confere ampliar suas bases políticas, já que é reduzido seu poder de cooptação, não tendo, portanto, mecanismos de

troca, ou seja, a sua relação clientelística se torna obsoleta, quando não se tem recursos, tais como empregos, licitações de serviços etc. Esse é o principal motivo pelo qual os grupos de poder se consolidaram no Estado de Roraima e que deu origem a um tipo de assistência social ligada visceralmente aos grupos políticos que estão no poder. Assim, fica claro que a concepção conservadora e o uso histórico da assistência social, como assistencialismo, clientelismo, e benemerência eleitoreira continuam no auge da cena política no município de Boa Vista e no Estado de Roraima.

Mas, mesmo que os grupos políticos ainda persistam com práticas ambíguas, que acomodam as relações entre o Estado e os segmentos empobrecidos da sociedade, por outro lado oferecem algumas respostas, ainda que precárias, a necessidades relacionadas à sobrevivência dessas classes. E no município de Boa Vista, Estado de Roraima, a estrutura capaz de responder as necessidades da população por meio das políticas sociais, está no âmbito da Secretaria de Estado Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), gestada pelo Estado, e, no município, pela Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES), ambas desenvolvendo programas sociais de acordo com as normas nacionais.

Assim sendo, é importante identificar os espaços sociocupacionais onde estão inseridos os assistentes sociais trabalhadores da assistência social, bem como onde está concentrado o maior contingente.

Gráfico 1- Lotação de assistentes sociais segundo inserção em setores/estruturas da política de assistência social em Boa Vista/RR em maio de 2016.



Fonte: pesquisa de campo para tese de doutorado realizada no ano de 2016.

O resultado de acordo que o gráfico acima sinaliza que, dos 31 profissionais inseridos na área da assistência social, 58% estão nos CRAS, e, 13% no âmbito dos CREAS 13% nos equipamento de proteção social de alta complexidade (Abrigos) no âmbito do Estado, 3% na avaliação e monitoramento da assistência social estadual, 3% no plantão social atendendo às demandas da assistência social no âmbito da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social- SETRABES, além de 10% na gestão da assistência social, sendo esse o quadro que atua diretamente na assistência social, tanto no Estado como no município de Boa Vista, um quadro bem reduzido em relação aos 564 assistentes sociais registrados no CRESS, e aos mais de trezentos mil habitantes do município de Boa Vista alvos das políticas de assistência social.

Observa-se que o maior número de assistentes sociais, está inserido na Assistência Social Básica (CRAS) voltada para o atendimento direto à população, sendo a porta de entrada da assistência social e o caminho para os demais programas. Quanto aos inserido no CREAS, observa-se um contingente de profissionais muito reduzidos, para atender as ocorrências de violação de direitos, dos 52 bairros do município de Boa Vista, o que demonstra a urgência em expandir a área de abrangência do CREAS com a instalação de outras unidades em bairros estratégicos da cidade.

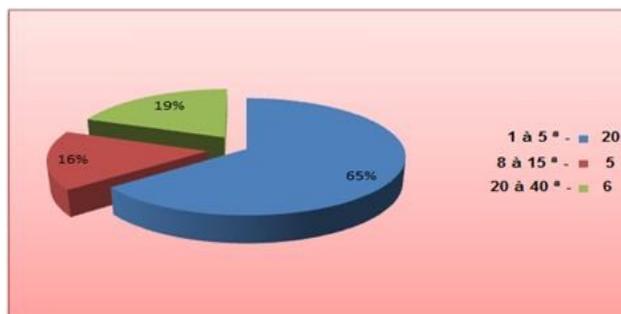
Os demais profissionais, inseridos nos equipamentos destinados ao atendimento de violação de direitos, representam um contingente pequeno se avaliado ao nível de responsabilidade que esses profissionais assumem ao responder as demandas de todo o Estado. Quanto ao profissional que fica à frente do plantão social, recebe os rebatimentos diários oriundos da população que busca por meio dos programas sociais a satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

Quanto aos profissionais que atuam na gestão da assistência social, todos são assistentes sociais comprometidos com a organização e implementação da Política de Assistência Social, porém, vivenciam os impasses oriundos da falta de investimentos e de compreensão por parte dos gestores nos níveis governamental estadual e municipal de que a assistência social é prioridade e direito do cidadão.

No item que se refere ao tempo de trabalho desses profissionais na área da assistência social, a representação gráfica (gráfico 2) demonstra a realidade do momento.

Gráfico 2- Assistentes Sociais segundo tempo de trabalho na Assistência Social:

Boa Vista/RR, 2016.

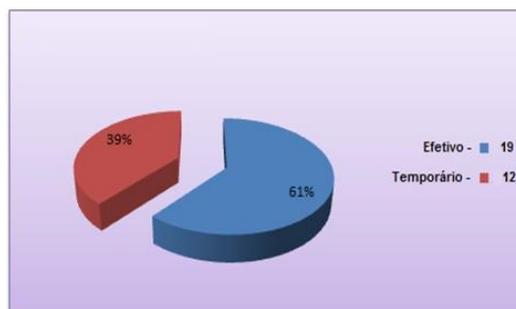


Fonte: pesquisa de campo para tese de doutorado realizada no ano de 2016

Os dados apresentados no gráfico 2 indica a quantidade de profissionais inseridos na assistência social, bem como o tempo de serviço destes. Assim sendo pode-se observar que divididos em três grupos no primeiro grupo pesquisado 65% desses profissionais possuem de 01 a 05 anos de atuação na assistência social, no segundo grupo 16% está entre 08 a 15 anos e no terceiro grupo 19% entre 20 à 40. Isso confirma que a maioria dos profissionais inseridos na assistência social é de formação recente, como também é recente a organização e gestão da assistência social. Quanto aos 19% com maior tempo de formação estes já estavam presente nos quadros do Estado em períodos anteriores à Política Nacional de Assistência Social, com alguns remanescentes da antiga LBA.

Quanto à modalidade dos vínculos empregatícios dos assistentes sociais, a pesquisa mostrou que dos 31 assistentes sociais 61% são trabalhadores efetivos com todos os direitos sociais assegurados. No entanto, 39% são de vínculos temporários, o que acarreta sérios problemas para a continuidade do trabalho, pois a rotatividade desses profissionais traz prejuízos para a população demandante dos serviços.

Gráfico 3- Assistentes Sociais, segundo vínculo ocupacional: Boa Vista/RR 2016.



Fonte: entrevistas de pesquisa de campo para tese de doutorado realizada no ano de 2016.

De acordo com Raichelis (2010), os espaços sócio ocupacionais nos quais os assistentes sociais se encontram inseridos e os ambientes institucionais em que se materializam as políticas públicas, reúnem diversas intencionalidades, concepções, valores e propostas de sujeitos singulares e coletivos em torno de distintos projetos em constante disputa. A título de exemplo, sobre a precarização do trabalho na Política de Assistência Social, em se tratando de vínculo empregatício, segundo dados da MUNIC-IBGE/2013, o quadro de recursos humanos da política no país, envolvendo todos os profissionais em 2013, era composto por 37,2% de servidores estatutários; 35,8%, sem vínculo permanente; 16,6% possuíam somente cargos comissionados e 7,0% eram empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁴.

A precarização do trabalho dos profissionais da Política de Assistência Social, no município de Boa Vista esta presente nas condições postas pela relação de trabalho no âmbito institucional tais como: baixos salários; falta de condições materiais e instalações físicas adequadas para a prestação de serviços aos usuários; alta rotatividade dos profissionais; recursos humanos insuficientes e pouco qualificados; ausência da realização de capacitação continuada; insegurança no ambiente de atuação, exigência de produtividade; além do processo de informatização do trabalho, que apesar de tornar as

⁴Dados do Censo SUAS 2013 mostram que dos profissionais que atuam nos CRAS de todo o país, 33,7% são servidores estatutários, 7,2% são empregados públicos (CLT), 10,0% encontram-se ocupando cargos comissionados e 49,1% possuem outros vínculos não permanentes. E do total de profissionais de nível superior que atuam nesses equipamentos, 45,5% são assistentes sociais.

tarefas menos árduas, intensificam o seu desenvolvimento e aumenta a produtividade, tornando as atividades cada vez mais mecânicas e burocráticas, através de um intenso processo de preenchimento de formulários.

Desse modo, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais encontra-se cada vez mais subordinado aos princípios da eficiência e eficácia, com o estabelecimento de metas quanto ao número de famílias a serem atendidas, com a ampliação das atividades desenvolvidas pelos profissionais, com a ausência da quantidade adequada de recursos humanos para atendimento da demanda, além da padronização dos serviços através da utilização de uma gama de formulários eletrônicos. Todo esse cenário provoca a redução da dimensão reflexiva e propositiva em termos de sistematização do trabalho e de seu planejamento em projetos profissionais, promovendo ações pragmáticas, e reduzindo a autonomia do assistente social, sendo essa uma realidade bem presente no cotidiano dos trabalhadores pesquisados.

Cabe ainda observar que os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, o significado social do seu trabalho profissional, depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que os contratam. Como profissão regulamentada, o assistente social dispõe de uma relativa autonomia na condução do seu exercício profissional, mas essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada a diferentes empregadores.

Nesse sentido, é importante salientar que a autonomia profissional não se restringe ao direito do profissional em exercer, com liberdade, a sua atividade profissional, apenas em sua dimensão técnico-operativa. Vai além, refere-se ao conhecimento especializado que envolve as três dimensões do exercício profissional: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa, que particularizam sua intervenção na divisão sócio técnica do trabalho, e essa tríade precisa estar bem clara para os assistentes sociais.

Mas, considerando que o trabalho do assistente social se configura de uma relativa autonomia profissional, que dotado de liberdade e teleologia, é capaz de fazer projeções e realizar o trabalho profissional sem atrelá-lo unicamente aos imperativos das instituições empregadoras e suas normas burocráticas, um grupo significativo do universo pesquisado, em torno de

77,42% dos assistentes sociais, conseguem perceber que o trabalho desenvolvido no âmbito dos CRAS e CREAS , e nas instituições protetivas do Estado (abrigos), possui uma relativa autonomia de acordo com os dois estratos de depoimentos que confirmam essa afirmativa.

“Eu acredito assim, autonomia eu não sei se eu chego a ter autonomia, mas assim, eu percebo claramente inclusive nesse último governo, que existe respeito, as pessoas me consultam, elas não me dão ordens, elas me consultam, elas me perguntam se é aquilo mesmo, e elas são, de modo geral, não só é a gestão da secretaria, mas os outros departamentos da secretaria, eles consultam a acatam né, isso me dá muita liberdade, dentro da secretaria”. (Assistente Social 23).

“Eu não sei se é pela história, pelo meu compromisso, pela minha forma de atuar, eu me considero com um grau de autonomia interessante”. (Assistente Social24).

Desse modo, é possível avaliar que o campo de trabalho é um espaço prenhe de tensões, porém é no cotidiano que os profissionais têm a possibilidade de ampliar sua autonomia relativa, a partir do avanço nas respostas às demandas colocadas, o que supõe competências e possibilidades capazes de pensar e construir alternativas de ação que estejam em consonância com a dimensão emancipadora de nosso trabalho profissional. Portanto, é no cotidiano da profissão diante dos limites e possibilidades que ele irá ampliar sua relativa autonomia.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais na política de assistência social este requer a compreensão de que as mediações construídas para atender as demandas sociais, estarão sempre permeada pelos interesses do estado enquanto representante da classe burguesa, e, romper isso requer constituir um viés estratégico que possibilite atender as necessidades da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social é uma profissão interventiva, que tem seu exercício profissional orientado por um projeto de sociedade, cuja dimensão teórica envolve a produção do conhecimento ancorado na teoria marxista, e, uma dimensão jurídico-política, que se configura no âmbito dos construtos legais,

como a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, bem como as legislações sociais decorrentes da Constituição Federal de 1988, a dimensão político organizativa da categoria e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e o movimento estudantil, com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social-ENESSO. Todo esse aparato sustenta um projeto de transformação societária, que confere ao trabalho profissional uma dimensão política, direcionando as ações profissionais.

Para os assistentes sociais, é reservada a relação com os segmentos sociais mais expostos aos riscos sociais, que buscam nas políticas públicas, especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes, e, para aqueles profissionais que atuam diretamente na assistência social, a política trouxe alguns avanços no que se refere à gestão do trabalho e na definição dos recursos humanos, mas, muito ainda tem a ser feito e os desafios estão postos nesse milênio de lutas e desafios para concretizar direitos.

Para os profissionais assistentes sociais trabalhadores do município de Boa Vista, as condições de trabalho e as formas de inserção nos espaços sociocupacionais solicitam uma ação efetiva por parte do estado que possibilite a realização de concursos públicos, a fim de amenizar a dinâmica tensa da vida social onde se ancoram as possibilidades de defender, e efetivar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania para os usuários dos serviços atingidos pela relação capital e trabalho acirrada nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2018. Disponível

em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes/pnas.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social** nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

COSTA. L.C de S. **O trabalho do Assistente social na Política de Assistência Social em Boa Vista/RR** . 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2010.

SECRETARIA DE TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL (SETRABES). Boa Vista, RR: [s.n.], 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL (SEMGES). Boa Vista, RR: [s.n.], 2018.

YASBEK, Maria. C. Silva. As Ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.77, p. 11-29, 2004.